

ÚLTIMA HORA OE2015: Contribuintes não vão ter devolução da sobretaxa

Veto de Cavaco à adoção por casais do mesmo sexo "será derrotado"

Vice-presidente da ILGA diz que o Presidente da República apenas adiou o "inevitável" ao devolver o diploma que permite a adoção à Assembleia da República

Hoje às 13:19 Redação / EC - notícia atualizada às 16:46



O vice-presidente da ILGA (Intervenção Lésbica, Gay, Bissexual e Transgénero) Portugal, Paulo Corte-Real, disse esta segunda-feira que o [veto do Presidente da República](#) à adoção por casais do mesmo sexo será derrotado em breve, na Assembleia da República.

“É bom frisar que este veto será derrotado, em breve, na Assembleia da República, que voltará a aprovar a lei com a maioria alargada, tal como da primeira vez e o Presidente da República será obrigado a promulgá-la”,

disse Paulo Corte-Real, em declarações à agência Lusa.

Para o responsável, o que Cavaco Silva fez não foi mais do que adiar o inevitável.

“Será, no fundo, uma honra, e que será sua, de ficar para a história como o Presidente da República que mais diplomas promulgou pela igualdade das pessoas LGBT”, apontou, acrescentando que a igualdade irá acontecer em breve.

A reação do vice-presidente da ILGA surge depois de ser hoje conhecido que o Presidente da República, Aníbal Cavaco Silva, não promulgou o diploma que permitia a adoção por casais do mesmo sexo, tendo igualmente devolvido à Assembleia da República as alterações à lei da interrupção voluntária da gravidez (IVG).

Paulo Corte-Real defendeu que é urgente reconhecer a existência de famílias e de crianças que já existem e que “estão há tempo demais à espera desse reconhecimento”.

“Obviamente que há muitas crianças que precisam dessa proteção e mais uma vez esse é claramente um interesse secundário para algumas pessoas e algumas instituições, neste caso”, criticou.

Questionado sobre se ficou surpreendido com a decisão de Cavaco Silva, o responsável apontou que “não há nenhuma razão atendível que permita por em causa a igualdade no acesso à candidatura à adoção”.

“A questão está pacificada e, neste momento, qualquer pessoa ou instituição que pretenda garantir, simultaneamente, valores constitucionais e que não pretenda instituir fraturas na

sociedade, terá que compreender isso mesmo e promover legislação como esta, que permite que mais pessoas possam ter acesso à candidatura à adoção”, defendeu Paulo Corte-Real.

Entretanto, o Partido Socialista já fez saber que vai reconfirmar a aprovação no parlamento dos diplomas hoje vetados pelo Presidente da República.

"Não podemos deixar de lamentar que o Presidente da República, na reta final do seu mandato, continue empenhado em criar obstáculos e não em resolver questões de direitos fundamentais. Estamos perante vetos que não são definitivos e, por certo, a Assembleia da República vai ultrapassá-los", avisou o vice-presidente da bancada socialista Pedro Delgado Alves.

Plataforma para direitos das mulheres confiante na aprovação das alterações à lei do aborto

A Plataforma Portuguesa para os Direitos das Mulheres (PpDM) lamentou, esta segunda-feira, o veto do Presidente da República às alterações à lei do aborto, mas diz estar confiante na aprovação do diploma, na Assembleia da República.

Em comunicado enviado à agência Lusa, a plataforma “lamenta o veto político” de Cavaco Silva, mas diz estar confiante em que o processo legislativo que está em curso “se venha a concluir conforme defende, desde o início”.

A PpDM lembra que esta posição foi confirmada, em novembro de 2015, pelo Comité da Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres das Nações Unidas, no âmbito das recomendações que fez ao Estado português sobre o cumprimento por Portugal da convenção.

“O Comité recomenda também que o Estado Parte altere a Lei da Interrupção Voluntária da Gravidez e revogue as condições excessivamente pesadas recentemente introduzidas, incluindo o pagamento de taxas moderadoras, a fim de proporcionar às mulheres liberdade de escolha informada e de garantir o respeito pela sua autonomia”, refere a plataforma, citando o CEDAW.

Outra das recomendações feitas ao Estado português foi que deveria organizar os seus serviços de saúde para que “o exercício da objeção de consciência nestes casos não impeça o acesso pleno aos serviços de saúde reprodutiva, incluindo ao aborto”.

A Assembleia da República aprovou, no passado dia 18 de dezembro, em votação final global, a revogação à lei da interrupção voluntária da gravidez (IVG) que tinha introduzido taxas moderadoras e a obrigatoriedade das mulheres irem a consultas com um psicólogo e um técnico social.

Em causa esteve o fim da introdução de taxas moderadoras na prática da IVG, a obrigatoriedade de a mulher comparecer a consultas com um psicólogo e um técnico de serviço social, bem como o fim do registo pelos médicos objetores de consciência, que passaram, assim, a poder participar nas várias fases do processo, incluindo o período para o aconselhamento obrigatório, até à prática do aborto.

TEMAS: [LGBT](#) [ILGA](#) [ADOÇÃO](#)

NOTÍCIAS MAIS LIDAS

1

Este poderá ser o novo iPhone 5se

2

Polícia é assaltado mas passa multa na mesma

3

Vídeo jardim

VÍDEOS MAIS VISTOS

1

▶ 00:01:07

O telefonema de Tino de Rans ao professor Marcelo

2

▶ 00:01:34

Jihadi John esteve em Portugal para angariar fundos para o Estado Islâmico

3

Maria Estad despe

COMENTÁRIOS

tvi24.pt

O MUNDO EM PRIMEIRA MÃO

TV

DIRETO

GUIA TV

PROGRAMAS



NOTÍCIAS

ÚLTIMAS

OPINIÃO

DIÁRIO

MAIS LIDAS

TEMAS

Sociedade

Política

Eleições

Economia

Internacional

Desporto

Tecnologia

Cinema

Música

MULTIMÉDIA

VÍDEOS

FOTOS

SERVIÇOS

TEMPO

TRÂNSITO

BOLSA

CÂMBIO

SIMULADORE

CANAIS

TVI

TVI Ficção



TVI Reality



TVI África

TVI

Internacional



EQUIPA TVI24

INSTALE A APLICAÇÃO TVI24



x

Acredite se [TVI Player](#) 

Quiser